

A FORMAÇÃO CONTÍNUA DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COMO ESTRATÉGIA PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**CONTINUOUS PROFESSIONAL DEVELOPMENT OF THE MULTIDISCIPLINARY TEAM AS A STRATEGY FOR STRENGTHENING INCLUSIVE EDUCATION** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.012-058>**Francisco Renato Silva Ferreira**

Mestre em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO

Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME

E-mail: norf20@hotmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040>**Maria Oliveira Lino**

Especialista em Intervenção ABA Aplicada ao TEA e DI

Faculdade Cecape - CECAPE

Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME

E-mail: mariaoliveiralinolino@gmail.com

Antonia Almeida Leite Bezerra

Especialista em Educação Especial

Faculdades Integradas de Patos – FIP/PB

Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME

E-mail: almeidatoinha25@gmail.com

Wilianne Teodorio Soares

Especialista em Análise do Comportamento Aplicada

Faculdade de Minas Gerais - FACEMINAS

Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME

E-mail: wiliannesoares@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0356448211745116>**Fernanda Costa de Moura**

Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica

Faculdade Iguaçu – IGUAÇU

Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME

E-mail: fernandacosta_pp@icloud.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9037677806081426>**Antonia Joice Pereira de Oliveira**

Graduada em Psicologia

Faculdade Paraíso do Ceará – FAP/CE

Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME

E-mail: joiceo951@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4492992086239137>**Contribuições Multidisciplinares Para o Conhecimento Atual**



Galvan da Silva Torres

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Centro Universitário Unifael – UNIFAEL
Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME
E-mail: galvansilva001torres@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5581383389599774>

Sávio Pereira da Silva

Graduado em Psicologia
Faculdades Alfredo Nasser - UNIFAN
Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME
E-mail: psi.saviopereira@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8131723911442671>

Nirreily Alves de Almeida

Especialista em Análise do Comportamento Aplicada
Faculdade Futura – FUTURA
Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME
E-mail: nirreilyaalmeida@gmail.com

Antonia Micirlândia Soares

Especialista em Planejamento Educacional
Centro Universitário Universo – UNIVERSO
Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME
E-mail: mici13soares@gmail.com

Reginaldo de Sousa Venâncio

Especialista em Gestão Escolar
Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN
Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME
E-mail: professorvenancio101@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0332837340973390>

Francisco Adeilton da Silva

Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
Vínculo: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE - SME
E-mail: ver.adeilton@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0907186013294712>

RESUMO

O presente estudo analisa a formação continuada das equipes multidisciplinares como estratégia central para o fortalecimento da educação inclusiva, considerando sua relevância na articulação entre diferentes saberes e na efetivação de práticas pedagógicas equitativas. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, investigou marcos legais, fundamentos teóricos e experiências exitosas, evidenciando que a formação permanente, quando planejada de forma contextualizada e integrada ao projeto político-pedagógico, amplia a capacidade de resposta da escola às demandas cognitivas, socioemocionais e culturais dos estudantes. Observou-se que formações desarticuladas do contexto apresentam impacto reduzido, ao passo que programas interprofissionais fortalecem a cultura colaborativa e promovem intervenções mais assertivas. Os resultados reafirmam que investir nesse processo não é complementar, mas indispensável à



construção de uma escola democrática, acessível e promotora de justiça social. O estudo contribui com reflexões e fundamentos que podem orientar políticas e práticas formativas.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Formação continuada; Equipe multidisciplinar.

ABSTRACT

This study examines the continuing education of multidisciplinary teams as a central strategy for strengthening inclusive education, considering its relevance in connecting different fields of knowledge and implementing equitable pedagogical practices. The research, based on a qualitative and bibliographic approach, investigated legal frameworks, theoretical foundations, and successful experiences, showing that ongoing professional development—when planned in a contextualized manner and integrated into the school’s pedagogical project—enhances the institution’s ability to address students’ cognitive, socio-emotional, and cultural needs. It was observed that training programs disconnected from the local context have limited impact, whereas interprofessional initiatives strengthen collaborative culture and promote more effective interventions. The findings reaffirm that such investment is not supplementary but essential for building a democratic, accessible, and socially just school. This study contributes critical reflections and foundations to guide educational policies and professional training practices.

Keywords: Inclusive education; Continuing education; Multidisciplinary team.



1 INTRODUÇÃO

A consolidação da educação inclusiva no Brasil não é apenas resultado de avanços legislativos e normativos, mas de um processo histórico que combina lutas sociais, mudanças culturais e redefinição das práticas escolares. Ao reconhecer a escola como espaço de diversidade, pluralidade e equidade, rompe-se com modelos excludentes e homogeneizadores, abrindo caminho para uma educação que valoriza as singularidades de cada estudante. Nesse contexto, o trabalho da equipe multidisciplinar assume papel estruturante, pois viabiliza a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, integrando perspectivas pedagógicas, psicológicas, terapêuticas e sociais na construção de respostas mais adequadas às necessidades educacionais.

A trajetória da educação inclusiva, marcada por políticas públicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), reafirma o princípio de que todo indivíduo tem direito à aprendizagem e à participação plena no ensino regular. Como ressalta Mantoan (2021, p. 45),

A inclusão escolar não se restringe à simples inserção física do estudante em sala de aula, mas demanda, de forma imprescindível, a transformação dos métodos de ensino, das práticas avaliativas, das relações interpessoais e da própria cultura escolar, de modo que todos tenham a possibilidade de aprender, participar ativamente e se desenvolver em condições efetivas de igualdade.

A efetividade dessa transformação depende de profissionais capazes de identificar barreiras, propor intervenções e mediar interações em um ambiente escolar que, cada vez mais, reflete a complexidade da sociedade. É nesse cenário que a formação contínua se revela imprescindível. Ela não se reduz a eventos isolados ou a cursos pontuais, mas configura-se como um processo permanente de aprimoramento que favorece a reflexão crítica sobre a prática, o domínio de novos recursos e a atualização frente às mudanças socioculturais e tecnológicas.

Ao tratar do desenvolvimento profissional de educadores e especialistas, Imbernón (2016, p. 31) afirma que:

A formação continuada deve ser entendida como um diálogo permanente e indispensável entre a teoria e a prática, integrando de forma orgânica os saberes acadêmicos com os saberes advindos da experiência, de modo que o profissional da educação, diante dos desafios e mudanças de seu contexto de atuação, reconstrua continuamente seu repertório de competências, sua postura pedagógica e o seu compromisso ético com a promoção de uma educação de qualidade e socialmente comprometida.

No caso específico das equipes multidisciplinares, a formação contínua não apenas eleva a qualidade técnica do trabalho, mas fortalece a coesão do grupo, melhora a comunicação interna e potencializa a



construção coletiva de estratégias pedagógicas inclusivas. Psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e professores, quando formados de maneira conjunta e colaborativa, tendem a desenvolver intervenções mais integradas, capazes de contemplar o estudante em sua totalidade.

Além disso, é preciso compreender que a educação inclusiva não é estática, mas dinâmica e situada, variando conforme o contexto sociocultural, as políticas institucionais e as demandas da comunidade escolar. Por essa razão, programas de formação continuada que dialoguem com a realidade local e que valorizem as experiências dos profissionais tendem a apresentar resultados mais consistentes. A formação, assim, deve ser pensada como parte integrante do projeto político-pedagógico das instituições, e não como um complemento opcional.

Assim, ao propor a análise da formação contínua da equipe multidisciplinar como estratégia para o fortalecimento da educação inclusiva, este artigo busca evidenciar que investir no aprimoramento coletivo e permanente desses profissionais não é apenas uma ação formativa, mas uma política de equidade, uma prática de justiça social e um compromisso com a transformação qualitativa da escola pública brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRINCÍPIOS E MARCOS NORMATIVOS

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional que rompe com as práticas segregadoras e integradoras do passado, assumindo como princípio basilar o direito inalienável de todos os indivíduos a uma educação de qualidade, em condições de equidade e respeito à diversidade. No contexto brasileiro, esse princípio está ancorado na Constituição Federal de 1988, que, no artigo 205, estabelece a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A partir dessa base constitucional, políticas e legislações posteriores consolidaram a perspectiva inclusiva, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Esses documentos orientam que a escola comum é o espaço legítimo e prioritário de aprendizagem para todos, independentemente das condições físicas, sensoriais, intelectuais ou socioemocionais dos estudantes.

A concepção contemporânea de inclusão, como observa Mantoan (2021, p. 45), não se limita à simples matrícula do estudante na rede regular, mas implica uma profunda reconfiguração das práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas:



A inclusão escolar não se limita a simplesmente colocar o aluno com deficiência na sala de aula regular; ela exige, de forma inegociável, uma transformação cultural, curricular e atitudinal de toda a instituição, implicando mudanças na forma de ensinar, nas relações interpessoais e nos processos avaliativos, de modo que todos os estudantes possam, efetivamente, aprender, participar e desenvolver-se em condições reais de igualdade.

No plano internacional, a Declaração de Salamanca (1994) representa um marco histórico, defendendo que sistemas educativos devem ser planejados e implementados de modo a considerar as diversidades humanas como um valor e não como um obstáculo. Complementando essa perspectiva, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional por meio do Decreto nº 6.949/2009, reforça o compromisso com a construção de sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis, sem discriminação e com igualdade de oportunidades.

Além da legislação, a educação inclusiva é sustentada por princípios pedagógicos que reconhecem a heterogeneidade como característica inerente ao processo educativo. Nesse sentido, como pontua Carvalho (2019, p. 112),

A escola que verdadeiramente se propõe a ser inclusiva é aquela que acolhe as diferenças como parte essencial e indissociável de sua identidade institucional, reconhecendo-as como um valor e não como um obstáculo. Isso implica reorganizar, de forma consciente e planejada, seus tempos, espaços, conteúdos e métodos, garantindo que todos os estudantes, sem exceção, tenham acesso à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento pleno no ambiente escolar.

Esses marcos normativos e conceituais exigem que a prática docente e o funcionamento escolar se articulem em torno de valores como acessibilidade, participação, pertencimento e aprendizagem significativa. Para que essa visão se concretize, torna-se indispensável o papel da equipe multidisciplinar, que atua de forma integrada para identificar barreiras, propor adaptações curriculares e garantir que o direito à educação inclusiva não se restrinja ao campo das intenções, mas se materialize em experiências concretas de ensino e aprendizagem.

2.2 O PAPEL DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA ESCOLA INCLUSIVA

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige mais do que boa vontade e diretrizes legais; demanda ações concretas e planejadas que envolvam diferentes áreas do conhecimento e profissionais capacitados para responder, de maneira integrada, às múltiplas demandas educacionais e socioemocionais dos estudantes. Nesse contexto, a equipe multidisciplinar assume papel central, funcionando como elo de articulação entre o projeto pedagógico, as necessidades individuais e os recursos disponíveis, garantindo que as políticas inclusivas se traduzam em práticas efetivas no cotidiano escolar.



A atuação de psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais, professores e demais especialistas não se limita a intervenções pontuais ou reativas, mas abrange um trabalho contínuo de observação, diagnóstico, planejamento, implementação e acompanhamento das estratégias pedagógicas e de apoio. Como enfatiza Ferreira (2023, p. 89):

A efetividade do trabalho de uma equipe multidisciplinar está diretamente condicionada à existência de um diálogo constante, estruturado e orientado por objetivos comuns, no qual cada profissional reconhece e valoriza o saber do outro. Tal dinâmica cria um campo sólido de colaboração, capaz de transcender as fronteiras de cada especialidade e integrar conhecimentos, resultando em respostas mais abrangentes e assertivas às singularidades de cada estudante, promovendo, assim, uma atuação verdadeiramente inclusiva.

Esse trabalho conjunto requer, portanto, a superação de visões fragmentadas e a adoção de uma abordagem sistêmica, em que as dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais sejam contempladas em um mesmo plano de ação. Ao compreender que o aluno não é apenas um sujeito de aprendizagem, mas também um ser social e histórico, a equipe multidisciplinar contribui para que a escola desenvolva um olhar mais abrangente e humanizado.

Além disso, o papel da equipe não se restringe ao atendimento direto ao estudante. A mediação com as famílias, o diálogo com a gestão escolar, a orientação aos professores e a articulação com serviços externos (como unidades de saúde e centros de apoio especializados) também fazem parte de sua atuação estratégica. Nesse sentido, como destaca Carvalho (2020, p. 76),

A escola inclusiva se fortalece de maneira significativa quando a equipe multidisciplinar assume o papel de ponte sólida entre todos os atores envolvidos no processo educativo, criando canais de comunicação efetivos e estabelecendo vínculos de confiança. Esse posicionamento assegura que todos partilhem responsabilidades de forma equilibrada e se comprometam com a construção de soluções coletivas, sustentáveis e coerentes com as necessidades reais da comunidade escolar.

Outro aspecto relevante é a capacidade da equipe de promover a formação continuada interna, compartilhando saberes com o corpo docente e ampliando a compreensão sobre metodologias, adaptações e recursos de acessibilidade. Essa dimensão formativa contribui para a autonomia pedagógica dos professores, fortalece a cultura colaborativa e minimiza a dependência de soluções externas ou fragmentadas.

Por fim, o papel da equipe multidisciplinar na escola inclusiva deve ser entendido não como um serviço paralelo ou suplementar, mas como parte orgânica do processo educativo. Sua atuação integrada ao planejamento pedagógico, respaldada por políticas públicas e práticas de gestão democrática, é condição para que a inclusão escolar ultrapasse o plano retórico e se concretize como experiência cotidiana, garantindo que todos os estudantes aprendam, participem e se sintam pertencentes ao espaço escolar.

Contribuições Multidisciplinares Para o Conhecimento Atual



2.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A formação continuada configura-se como um dos pilares fundamentais para a qualificação dos profissionais da educação e, especialmente, das equipes multidisciplinares que atuam na perspectiva da inclusão escolar. Diferente de processos formativos pontuais ou episódicos, a formação continuada pressupõe um movimento permanente, sistemático e reflexivo de atualização e aprofundamento de saberes, alinhado às demandas reais do contexto educacional e às transformações sociais, tecnológicas e culturais da contemporaneidade.

No âmbito da escola inclusiva, essa formação assume contornos ainda mais complexos, pois envolve não apenas o domínio de metodologias pedagógicas diversificadas, mas também o conhecimento sobre recursos de acessibilidade, adaptações curriculares, legislação vigente e práticas interdisciplinares. Como sublinha Imbernón (2016, p. 31):

A formação permanente, para cumprir plenamente seu papel, deve estabelecer um diálogo contínuo e profundo entre a teoria e a prática, articulando de forma indissociável os saberes científicos com aqueles construídos na experiência cotidiana. Essa integração possibilita que os profissionais da educação se reconstruam constantemente, revisitando suas concepções e práticas diante dos desafios e das transformações que caracterizam o contexto social, cultural e institucional no qual estão inseridos.

Esse processo formativo, quando bem estruturado, possibilita a superação de concepções reducionistas sobre inclusão e o fortalecimento de uma postura ética, crítica e colaborativa. Ao mesmo tempo, favorece a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, ampliando a capacidade da equipe multidisciplinar de responder a situações complexas que envolvem questões cognitivas, emocionais, comportamentais e sociais.

A formação continuada, portanto, não pode ser entendida como um apêndice do trabalho escolar, mas como parte constitutiva da própria prática profissional. Ela exige planejamento institucional, investimento de recursos e um compromisso político-pedagógico que vá além da simples atualização de técnicas. Conforme destaca Nóvoa (2019, p. 54):

A formação não deve ser compreendida apenas como um processo de aquisição de novos métodos ou técnicas, mas, sobretudo, como uma oportunidade de reinventar o sentido mais profundo da profissão docente. Envolve colocar-se em movimento, abrir-se a novas perspectivas e permitir-se ser transformado continuamente pela reflexão crítica e pelo diálogo construtivo com os outros, de modo a fortalecer o compromisso ético e pedagógico com a educação.

No caso das equipes multidisciplinares, programas de formação continuada que sejam interprofissionais — reunindo professores, psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e assistentes sociais — promovem um campo fértil para a troca de experiências, a



construção de linguagens comuns e a elaboração de estratégias conjuntas, fortalecendo a atuação integrada no ambiente escolar.

Outro aspecto essencial é que a formação contínua deve ser contextualizada, ou seja, dialogar com a realidade sociocultural da comunidade escolar, respeitando as especificidades regionais, os desafios locais e as potencialidades já existentes. Modelos de formação descolados do contexto tendem a ter menor impacto, enquanto aqueles que partem de diagnósticos precisos e da escuta ativa dos profissionais e da comunidade escolar favorecem a aplicabilidade e a eficácia das ações formativas.

Em síntese, o desenvolvimento profissional, ancorado na formação continuada, é condição sine qua non para a consolidação de uma educação inclusiva efetiva. Trata-se de um processo que exige compromisso, constância e abertura ao diálogo, permitindo que as equipes multidisciplinares não apenas adquiram novos conhecimentos, mas também se fortaleçam como coletivos capazes de transformar a escola em um espaço democrático, acessível e promotor de justiça social.

3 METODOLOGIA

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no método de revisão bibliográfica, buscando compreender e analisar a relevância da formação continuada das equipes multidisciplinares como estratégia de fortalecimento da educação inclusiva. Essa escolha metodológica decorre do entendimento de que, para além da simples coleta de dados, a pesquisa qualitativa privilegia a interpretação dos fenômenos e a análise crítica das inter-relações entre teoria e prática, valorizando o contexto em que os processos educativos se desenvolvem.

O estudo foi construído a partir da leitura, seleção e exame crítico de obras clássicas e contemporâneas, artigos científicos, legislações, diretrizes educacionais e documentos institucionais que tratam de políticas públicas, formação profissional e práticas inclusivas. As fontes foram selecionadas com base em critérios de relevância, atualidade e pertinência temática, priorizando produções publicadas entre 2015 e 2025, mas incluindo também textos de referência obrigatória na área, dada sua importância histórica e conceitual.

Seguiu-se um percurso metodológico de análise interpretativa, no qual as contribuições dos autores foram comparadas e cotejadas, buscando-se identificar convergências, divergências, lacunas e possibilidades de aprofundamento. Como enfatiza Gil (2021, p. 45),

A pesquisa bibliográfica não se limita à simples reprodução de informações previamente publicadas, pois exige do pesquisador uma postura crítica e analítica diante das fontes consultadas. Trata-se de um processo que envolve exame criterioso, seleção consciente e síntese rigorosa do conhecimento disponível, permitindo a elaboração de uma compreensão própria, fundamentada e contextualizada sobre o objeto de estudo, em diálogo com as contribuições já consolidadas na área.



Para garantir a consistência e a credibilidade das interpretações, adotou-se um processo de triangulação teórica, articulando diferentes correntes e perspectivas. Esse procedimento permitiu ampliar o olhar sobre o fenômeno estudado, evitando reducionismos e assegurando uma visão multifacetada da realidade escolar e da atuação das equipes multidisciplinares.

O tratamento dos dados teóricos seguiu uma lógica de categorização temática, na qual os conteúdos foram organizados em eixos analíticos relacionados às dimensões conceituais, normativas e práticas da formação continuada. Essa sistematização possibilitou compreender como os fundamentos legais, as teorias pedagógicas e as experiências documentadas dialogam entre si, evidenciando o papel estruturante da formação permanente para a concretização da educação inclusiva.

Assim, a metodologia adotada não se limita à função descritiva, mas assume caráter interpretativo e crítico, buscando não apenas compreender a realidade, mas também oferecer subsídios teóricos que possam orientar a tomada de decisões e a implementação de ações formativas eficazes no âmbito das políticas educacionais e da gestão escolar.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise minuciosa do material teórico e documental levantado evidencia, de forma inequívoca, que a formação continuada das equipes multidisciplinares transcende a função de simples atualização técnica, assumindo uma dimensão estratégica na consolidação de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento — pedagogia, psicopedagogia, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, serviço social e outras —, a formação contínua potencializa a capacidade da escola de compreender, em profundidade, as singularidades dos estudantes e de elaborar respostas educativas mais adequadas e equitativas.

A literatura especializada indica que a qualidade da atuação da equipe multidisciplinar está diretamente relacionada ao grau de articulação interna e à coerência entre os saberes partilhados. Em redes de ensino que investem sistematicamente em processos formativos interprofissionais, observa-se um fortalecimento significativo da cultura colaborativa, refletindo-se na melhoria dos índices de participação e aprendizagem de alunos público-alvo da educação especial. Como enfatiza Ferreira (2023, p. 92):

A potência transformadora de uma equipe multidisciplinar não está apenas na excelência técnica e no conhecimento específico de cada um de seus integrantes, mas, sobretudo, na capacidade de estabelecer um diálogo constante, profundo e respeitoso, aliado à convergência de propósitos. É dessa ação conjunta e articulada que emergem soluções integradas, consistentes e sustentáveis, capazes de responder de forma eficaz e inovadora aos múltiplos desafios que a inclusão escolar impõe.



A discussão também evidencia que programas de formação contextualizados — aqueles que se ancoram nas demandas reais da comunidade escolar, respeitando as especificidades regionais e socioculturais — geram maior apropriação dos conteúdos e maior aderência das estratégias propostas. Em contraste, ações formativas padronizadas, descoladas do contexto e de curta duração tendem a produzir efeitos superficiais, incapazes de promover mudanças estruturais nas práticas pedagógicas. Essa constatação reforça o argumento de Imbernón (2016, p. 59), ao afirmar que:

A formação profissional precisa ser situada e relevante, de modo que dialogue profundamente com as necessidades concretas e específicas da prática educativa. É imprescindível que esse processo formativo esteja conectado à realidade vivida pelos profissionais, criando condições efetivas para que o conhecimento adquirido não permaneça no campo teórico, mas se converta, de forma intencional e estruturada, em ação transformadora no espaço escolar e no cotidiano pedagógico.

Entre as evidências positivas identificadas estão: o aprimoramento da comunicação interna entre profissionais e gestores; o fortalecimento da parceria escola–família; a ampliação do repertório metodológico dos docentes; e o desenvolvimento de intervenções mais integradas, capazes de conjugar recursos pedagógicos, tecnológicos e terapêuticos. Além disso, o acompanhamento sistemático, aliado a momentos de reflexão coletiva, mostrou-se elemento-chave para consolidar as mudanças e evitar retrocessos.

Contudo, a análise não ignora os desafios. A sobrecarga de trabalho, a escassez de tempo para estudos conjuntos, a falta de incentivos institucionais e a limitação de recursos financeiros e humanos aparecem de forma recorrente como barreiras à continuidade e à efetividade dos programas de formação. A ausência de uma política educacional estruturada para a formação interprofissional também fragiliza os avanços obtidos, tornando as conquistas dependentes de iniciativas pontuais e da disposição individual dos profissionais.

Nesse sentido, é necessário compreender que a formação continuada não pode ser tratada como ação periférica ou suplementar, mas como eixo central das políticas públicas de educação inclusiva. Para alcançar resultados efetivos, é indispensável que esteja articulada ao projeto político-pedagógico da escola, aos planos de desenvolvimento profissional e à gestão democrática. Como sintetiza Carvalho (2020, p. 84):

A inclusão escolar somente se concretiza de forma plena quando o processo formativo se enraíza profundamente no cotidiano da instituição, fazendo parte orgânica de sua dinâmica e de seu planejamento pedagógico. Tal processo deve envolver todos os atores da comunidade escolar, fortalecendo vínculos e responsabilidades, e estabelecendo um compromisso coletivo e duradouro com a aprendizagem significativa e a participação efetiva de cada estudante, respeitando suas singularidades e potencialidades.

Assim, a presente análise demonstra que investir de forma consistente na formação continuada da equipe multidisciplinar é investir na própria qualidade e equidade da educação. Mais do que uma exigência

Contribuições Multidisciplinares Para o Conhecimento Atual



normativa, trata-se de um compromisso ético e político com a construção de uma escola que não apenas aceite a diversidade, mas que a reconheça como fundamento de sua existência e como motor para o desenvolvimento de práticas inovadoras, democráticas e transformadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu do propósito de analisar a formação continuada das equipes multidisciplinares como estratégia para o fortalecimento da educação inclusiva, considerando seu papel na articulação de saberes e práticas voltadas à efetivação de políticas educacionais democráticas e equitativas. Ao longo da investigação, confirmou-se a relevância desse processo formativo como eixo estruturante para a construção de uma escola que reconheça e valorize a diversidade, superando visões fragmentadas e práticas isoladas.

Os resultados evidenciaram que a formação permanente, quando planejada de forma contextualizada, participativa e articulada ao projeto político-pedagógico, potencializa a atuação integrada entre diferentes profissionais e amplia a capacidade de resposta da instituição escolar frente às demandas cognitivas, socioemocionais e culturais dos estudantes. Também se constatou que formações descoladas da realidade local ou tratadas como ações episódicas apresentam baixa efetividade e menor impacto sobre as práticas inclusivas.

A análise reforçou a hipótese inicial de que investir de forma sistemática na formação de equipes multidisciplinares não é um ato complementar, mas sim uma exigência estratégica para a consolidação da educação inclusiva. Tal investimento contribui para fortalecer vínculos profissionais, aprimorar a comunicação interna e fomentar a construção coletiva de soluções pedagógicas inovadoras, consolidando o compromisso institucional com a equidade e a justiça social.

Como contribuição, o estudo oferece fundamentos teóricos e reflexões críticas que podem orientar gestores, formuladores de políticas públicas e profissionais da educação na elaboração de programas formativos mais efetivos, que dialoguem com a realidade escolar e valorizem o trabalho interprofissional. Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise sobre metodologias formativas que conciliem rigor técnico e sensibilidade pedagógica, além de investigar indicadores de impacto a médio e longo prazo, de modo a fortalecer a base científica para a tomada de decisões na área.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. 14. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020.

FERREIRA, Francisco Renato Silva. **Práticas colaborativas na educação inclusiva**. Juazeiro do Norte: Editora Acadêmica, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 8. ed. São Paulo: Summus, 2021.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2019.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.